



2671-AL
SANTO-ANDRÉ

HISTORIOGRAFIAS PORTUGUESA E BRASILEIRA NO SÉCULO XX

OLHARES CRUZADOS

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES
AMÉRICO FREIRE
COORDENAÇÃO

PATRIMÔNIO ONTEM E HOJE: O CASO BRASILEIRO¹

LUCIA LIPPI OLIVEIRA

O tema do patrimônio no Brasil será tratado ao longo do século XX dando-se destaque a dois tempos. O primeiro, chamado de “tempos heroicos”, é o da criação da agência federal (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- Sphan) em 1937, diretamente voltada para a preservação do patrimônio histórico da nação. Mencionaremos as estratégias de construção do campo baseadas no que foi chamado de “retórica da perda” e o seu sucesso em legitimar ações de tombamento/preservação de bens que foram selecionados pelo critério de “excepcional valor”.

O segundo momento, que se configura após a Constituição de 1988, é quando se adota uma nova categoria para designar os bens que configuram o patrimônio – bens imateriais. É considerado bem imaterial ou intangível aquele que depende de sujeitos para sua atualização, que depende de uma *performance*. São incluídos nessa categoria os saberes, as celebrações, as formas de expressão que configuram bens “vivos”, que precisam da salvaguarda do Estado através do registro.

Pode-se dizer que no primeiro tempo o tombamento institui o patrimônio, no segundo o registro reconhece o patrimônio.

Por fim, vamos mencionar o momento contemporâneo quando as cidades, espaço para além da nação, concentram as narrativas de patrimonialização, estetização, espetacularização e *gentrificação* entre outras. A cidade do Rio de

¹ Apresentado no Colóquio Internacional Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Coimbra, 13 a 16 de setembro de 2011

Janeiro pode nos oferecer um caso de atuação conjunta do governo local, do mundo empresarial e do turismo, operando demandas por maiores e melhores espaços públicos através de equipamentos de lazer, pela realização de eventos, pela revitalização de espaços até então abandonados. Nesse contexto o passado passa a ser objeto de fruição e ganha concretude o conceito de “glocal”, que junta globalização e localismo. O patrimônio continua sendo relevante na medida em que vai conferir alguma qualificação especial, um “plus” para a cidade na competição entre outras cidades também globalizadas.

Podemos começar voltando ao que diz Benedict Anderson em seu consagrado livro *Comunidades imaginadas* (2. Ed., 2005) quando menciona três instituições relevantes na criação dos Estados nacionais: o censo, o mapa e o museu. Segundo o autor haveria uma gramática comum que estaria presente nas três instituições que, mesmo inventadas antes, moldaram a forma como o Estado imaginava sua soberania baseada na quantidade de seres humanos que governava, na geografia de seus territórios e na legitimidade de sua ancestralidade. Ainda que o autor esteja se referindo aos aparatos burocráticos do Estado colonial na Ásia em sua passagem para Estados nacionais após a descolonização, podemos tomar tais sinalizações pensando as colônias ibéricas no Novo Mundo.

No caso do Brasil o Estado nacional se encontra em construção a partir de 1822, quando tem origem a criação ou migração de algumas instituições da antiga metrópole para a ex-colônia. Podemos mencionar o Museu Nacional fundado em 1818 e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1848) este último voltado para a produção de uma história nacional e, em menor grau, para a produção de um conhecimento geográfico, geológico e de mapas. Os relatos dos viajantes estrangeiros e nacionais, é preciso ressaltar, foram fundamentais na constituição de mapas, imaginários ou realistas, sobre o território do país. O censo da população do Império do Brasil somente se realiza a partir de 1872 já que a enorme população escrava colocava problemas quase insolúveis. O censo, segundo Anderson, envolvia o conhecimento da população do território mas importava sobremaneira para saber quantos estavam sujeitos à pagar tributos. Vale lembrar que censos nacionais no Brasil passaram a ser realizados somente a partir de 1920 e deveriam ser repetidos a cada 10 anos.

O censo de 1930 acabou não sendo realizado devido à eclosão da Revolução de 1930 e a contagem voltou a ser feita em 1940 quando enfim a burocracia do Estado passou a contar com organismo especialmente voltado para isto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado em 1939.

Assim o órgão responsável pelo conhecimento do espaço territorial da nação e de sua população é instituído quase simultaneamente à criação do primeiro órgão federal dedicado a cuidar do patrimônio nacional, o Sphan, de 1937.

Vamos falar do patrimônio nacional dando destaque, como já foi mencionado, a dois tempos e a seus principais artífices. É preciso lembrar que foi escrita uma narrativa oficial sobre o patrimônio, a dos vencedores, dos criadores do Sphan, grupo de intelectuais composto em sua maioria pelos mineiros (Rodrigo Melo Franco de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Carlos Drummond de Andrade) e pela figura do arquiteto moderno Lucio Costa.

Rodrigo, que presidiu o Sphan por 30 anos, foi quem criou e dirigiu a *Revista do Patrimônio*; Afonso Arinos foi quem pensou, refletiu e orientou o grupo através de textos e conferências; Carlos Drummond foi quem, entre outras atividades, organizou o arquivo do Sphan e, por fim, Lúcio Costa, era aquele que decidia o que tombar. Seus argumentos apresentados em seus pareceres ao Conselho Consultivo do Sphan, oferecem fonte fundamental para os estudiosos do assunto.

Tal narrativa, como já foi destacado pelo antropólogo José Reginaldo Gonçalves dos Santos, era fundamentada no que chamou de “retórica da perda”, a que alertava sobre os riscos e perigos de se deixar os vestígios do passado desaparecerem. A narrativa oficial definia a atuação do grupo como portadora de uma missão salvadora daquilo que estavam prestes a desaparecer caso nada fosse feito. Afirmava também que nada existira antes, o que não é exatamente correto, já que algumas iniciativas estaduais tinham sido tomadas nos anos 1920 e uma iniciativa ao nível federal teve lugar no Museu Histórico Nacional (criado em 1924).

Este apagamento de iniciativas anteriores teve a ver com uma luta entre os chamados “neocoloniais” (movimento que buscava valorizar em toda a América a presença espanhola e portuguesa e que foi nomeado como “Casa Colonial” em Portugal) e os modernos. O movimento neocolonial no Brasil

teve no arquiteto português Renato Severo, cunhado de Santos Dumont, uma das figuras importantes. Renato Severo, José Mariano e Gustavo Barroso compõem o grupo neocolonial que esteve em alta por ocasião das comemorações dos 100 anos de Independência em 1922.

O grupo moderno veio a se tornar hegemônico dentro do serviço do patrimônio e o modernismo arquitetônico sob influência de Le Corbusier se tornou o principal estilo arquitetônico assumido pelo Estado brasileiro nos anos 1930 com a construção do prédio do Ministério da Educação e Saúde (sob a direção de outro mineiro, Gustavo Capanema). O modernismo arquitetônico teve continuidade na urbanização de um bairro – Pampulha- na capital mineira, Belo Horizonte e, por fim, na construção da nova capital – Brasília- no final da década de 1950, ambas sob a égide de outro político mineiro, Juscelino Kubitschek.

Voltando ao Sphan de seus primórdios, ao chamado Primeiro tempo – o de Rodrigo Melo Franco de Andrade- devemos lembrar que foram os intelectuais do Sphan que conseguiram constituir um “patrimônio nacional”, ao definirem quais os “vestígios deveriam fazer parte do patrimônio, ou seja, deveriam ser tombados, preservados, restaurados”. Pode-se dizer que o mais importante nessa operação intelectual foi a afirmação de que o Brasil não era só natureza, trópico, como fora acentuado durante o século XIX pelo romantismo.

Ao elegerem as ruínas de um tempo, o Brasil colonial, ficava estabelecido que o país tinha sim um passado cultural que seria a origem da nação. Tais ruínas tinham um local particular, estavam localizadas principalmente em uma parte do território nacional, Minas Gerais. E assim foram tombadas cidades inteiras além de monumentos em outras cidades. O passado “memorável” estava presente em prédios, bens de pedra e cal. Arte, História e tradição produziram uma identidade nacional.

O passado “memorável” nacional foi considerado o barroco, ainda que barroco não seja um estilo nacional. Mas os intelectuais do Sphan vão destacar no colonial mineiro uma versão particular/autêntica do barroco brasileiro. Este passado nacional nos colocava dentro da história da arte ocidental. Garantia nosso pertencimento ao Ocidente. Não éramos só uma natureza exótica.

Ao tombarem cidades coloniais criaram quase “cidades-museu”. Os primeiros museus de História criados pelo Sphan também estavam articulados ao

passado colonial como o Museu dos Inconfidentes, ressaltando a Inconfidência Mineira, e o do Ouro ou o Museu das Missões (atuação dos jesuítas). A atuação do Sphan no campo dos museus foi relativamente limitada já que foram poucos os museus criados e também muito pouco foi feito no sentido de transformar os existentes. A relação dos intelectuais do Sphan com o campo dos museus ainda não foi suficientemente estudada...

O Segundo momento a partir dos anos 1970 – o de Aloísio Magalhães – alargava o escopo do passado memorável que passa a estar presente também em festas, em ritos, no “saber-fazer”. Esta “nova” interpretação do que se devia proteger se deu pelo retorno a figura de Mário de Andrade, importante figura modernista dos anos 1920. Aloísio, talvez para marcar sua diferença com Rodrigo, voltou-se para um tempo anterior, o de Mário de Andrade.

A relação de Mario de Andrade com o Sphan foi múltipla. Foi ele, pode-se dizer, quem primeiro realizou uma ação no espaço da cultura ao dirigir o Departamento Cultural da Prefeitura da Cidade de São Paulo em 1935. Seu interesse pelo folclore, pelo saber popular está registrado nas viagens que fez ao Norte e Nordeste no final dos anos 1920. Foi ele quem escreveu, a pedido de Capanema, um anteprojeto para o Serviço. Realizou pesquisas para o Spahn, deu assessoria, preocupou-se em organizar a regional do Sphan em São Paulo.

Nos anos 1920 e 1930 os modernistas estiveram ocupados em modernizar e/ou construir a “cara” do SER brasileiro. *Macunaíma* de Mário de Andrade pode ser considerado um caso exemplar deste tipo de empreendimento. Mário escreve *Macunaíma* ao mesmo tempo viaja pelo Norte e Nordeste recolhendo cantigas, manifestações populares dessas regiões esquecidas ou decadentes. Seu interesse em mapear, seu interesse pela coleta folclórica, vai estar presente no Departamento Cultural da cidade de São Paulo.

Nos anos iniciais do modernismo ainda era marcante a divisão entre o saber culto e o popular. Culto era identificado a estrangeiro, vindo de fora. Popular, por outro lado, era visto como ingênuo, pitoresco, rude. Mário queria abolir, ou melhor, minimizar tal distinção e erguer as “partes que estavam nas sombras” pelo exame da diversidade, pelos levantamentos monográficos. Sua concepção quanto ao trabalho tanto no Departamento de Cultura quanto no

Sphan era o de captar todo o universo da produção cultural. Daí suas viagens etnográficas e as suas “descobertas do Brasil”, entre elas, a do barroco brasileiro. Tudo isto correspondia ao que ele entendia ser o dever do artista: ser útil à sociedade. As cartas de Mário aos companheiros de geração constituem um enorme patrimônio e apresentam sua perspectiva sobre a missão do intelectual naquele tempo e lugar.

Mário de Andrade promove e busca uma nova conceituação do folclore como processo de conhecimento, daí seu empenho em abrir cursos para formar folcloristas. No Departamento Municipal de Cultura de São Paulo em 1935, Mário inaugurou um curso de folclore que visava entre outros fins ensinar como apreender a cultura do caipira do interior. Ocupou-se assim em tratar o folclore como um processo de conhecimento, abrindo curso para formar folcloristas, e em elaborar uma nova conceituação do folclore guiado pela etnografia. Por sua iniciativa é criada a Sociedade de Etnografia e Folclore e em seu Boletim são publicadas comunicações apresentadas nas reuniões da Sociedade.

Para Mário de Andrade o conceito europeu de folclore teria que ser alargado para o caso do Brasil. Seria necessária uma nova conceituação para povos de civilização e cultura importadas, mas, essa nova conceituação deve ser “científica”. Era preciso separar o que é folclórico do que é apenas popularesco. Para ele, o folclore, expressão da nossa brasilidade, ocupava um lugar decisivo na formulação de um ideal de cultura nacional.

Sabemos que no Sphan a vertente folclórica sob inspiração de Mário de Andrade não foi vitoriosa. Venceu a perspectiva que ligava, que situava as origens da “civilização” brasileira no tempo colonial e em um espaço – Minas Gerais. A singularidade brasileira poderia assim estar integrada ao Ocidente através do conhecimento e reconhecimento dos vestígios do barroco. A autenticidade procurada assim como a busca do exótico formaram, por assim dizer, as duas faces de uma mesma moeda.

O Segundo tempo, o marcado por Aloísio Magalhães, foi tributário de outra importante experiência que traz conseqüências para a área de patrimônio – a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1975. O objetivo do CNRC era *“mapear, documentar e entender a diversidade cultural do Brasil. As referências da dinâmica cultural brasileira seriam então*

incorporadas e articuladas em bancos de dados – realidades virtuais – e deveriam ser devolvidas às comunidades.”

De 1975 a 1979 foram desenvolvidos pelo CNRC projetos reunidos em quatro programas: artesanato, levantamentos socioculturais, história de tecnologia e da ciência no Brasil e levantamentos de documentação sobre o Brasil. Entre os projetos especialmente valorizados por Aloísio Magalhães estavam: Estudo multidisciplinar do cajú, Museu ao ar livre de Orleans (imigração italiana); Cerâmica de Amaro de Tracunhaém; Tecelagem em teares de quatro pedais do Triângulo Mineiro; Fabricação e comercialização de lixeiras – um artesanato de transformação. Tais projetos levaram em conta a avaliação do impacto ambiental de projetos e se ocuparam com a indexação e microfilmagem da documentação em depósito do Museu do Índio, o que permitiu mais tarde a demarcação de terras indígenas.

Ou seja, tais projetos tinham pouca ou nenhuma relação com patrimônio no sentido de autenticidade ou tradição como realizado na fase heróica do Sphan e sim valorizavam a capacidade de invenção do artesão brasileiro. A proposta era realizar o inventário de um saber-fazer.

Pode-se creditar às experiências pioneiras de referenciar o saber popular desenvolvidas no CNRC a criação de instrumentos de proteção como os consignados no Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial, como mencionaremos adiante. Os levantamentos socioculturais que produziram as propostas de tombamento até então, segundo Aloísio Magalhães, valorizavam os bens móveis e imóveis impregnados de valor histórico, mas que expressavam a criação individual. Daí terem ficado de fora o fazer popular, coletivo inserido no cotidiano, e que expressavam os bens culturais vivos. Sua proposta é então voltar ao projeto original de Mário de Andrade de “tradições móveis”. Aloísio evita trabalhar com a noção de “cultura popular” ou de “folclore” já que para ele os bens culturais não devem ser considerados como sobrevivências do passado. Nos anos 1980 ele cunha a expressão “patrimônio cultural não-consagrado”, para se referir a manifestações não reconhecidas até então como bens culturais.

Assim, o tempo de Aloísio Magalhães no patrimônio que, como já mencionamos, teve como precursor uma experiência notável do CNRS operou uma

mudança na concepção do órgão dedicado ao tema. Passou-se a falar de referência cultural. Tudo isto produziu em um primeiro momento a ampliação do que deveria ser considerado patrimônio nacional. Foi então que nos anos 1970 e 1980 houve ampliação do bem considerado patrimonializável. Outros passados como o Terreiro de Casa Branca, primeiro terreiro de umbanda em Salvador, Bahia, foi tombado pelo Iphan. Estações ferroviárias passaram a ser consideradas bens patrimoniais do passado já que expressavam a modernização do século XIX.

Para se falar do patrimônio nos dias de hoje deve-se retornar à Constituição de 1988 quando é instituída oficialmente a diversidade de bens. Vai se valorizar a cultura popular e o folclore (que também têm uma história no país). Passa-se a falar em resgate, em registro dos bens imateriais. Isto tudo certamente produz uma identidade de grupos sociais até então esquecidos ou marginalizados do território nacional.

O Decreto 3.551 de 2000 institui o Inventário e o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. O registro de bens culturais de natureza imaterial tornou realidade a concepção ampliada de patrimônio cultural expressa na no artigo 216 da Constituição de 1988. A partir de então outros tipos de bem passam a merecer a atenção, como a pintura corporal dos índios que habitam uma parte do território da nação; a feitura de panelas de barro de Goiabeiras do interior do estado do Espírito Santo entre outros. Apenas vale notar que é difícil pensar em construir uma identidade nacional a partir desses bens. São bens de pouca “ressonância”, dificilmente serão reconhecidos como bens materiais ou imateriais da nação. Podem ser expressões das nações ou dos povos indígenas das Américas...

A nova concepção de patrimônio chamada imaterial ou intangível vai se referir a lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas, entre outras manifestações. E o procedimento principal vai ser fazer o registro dessas práticas e o acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações.

Há um número especial da *Revista do Patrimônio* que trata especialmente do patrimônio imaterial.

O registro reflete o reconhecimento do valor das expressões culturais, o reconhecimento de que fazem parte do patrimônio cultural brasileiro. Estabelece também, para o Estado, o compromisso de garantir sua salvaguarda pela documentação, acompanhamento e apoio.

Segundo o antropólogo Ricardo Gomes Lima é preciso anotar que o registro não é um certificado de origem, é certificado de consagração, é titulação, é “selo de qualidade” que permite que o grupo responsável por aquele bem passe a receber apoio da prefeitura ou de outro poder. Permite também que o artesão possa receber pensão devido à qualidade de seu artesanato.

Para maiores detalhes operacionais do processo de Registro pode-se consultar a publicação *Encontros e Estudos* n. 6 (2005) do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP). No “dossiê de Registro” devem constar a investigação e descrição do surgimento da manifestação, sua história e sua trajetória. Também os bens associados, o contexto e a rede de atores e relações sociais que propiciam sua existência. Completam o dossiê um guia de fontes documentais e bibliografias, documentos visuais, fonográficos e audiovisuais sobre a manifestação cultural.

Para maiores detalhes operacionais do processo de Registro consultar a publicação *Encontros e Estudos*, acima mencionada, que traz artigos relatando os casos concretos de Registro do ofício das paneleiras de Goiabeiras; do registro do Círio de Nazaré; do samba de roda; do ofício das baianas do acarajé e da viola-de-cocho.

Tais casos nos mostram como é possível a avaliação do conjunto de bens que devem receber o registro. Ou seja, quais são os critérios da seleção e da atribuição de valor patrimonial.

O plano de salvaguarda, ou seja, a atuação do Estado até agora tem seguido quatro linhas:

1. Ações de apoio às condições de transmissão e reprodução. Melhoria das condições de produção, circulação, transmissão e manutenção dessas expressões.
2. Ações de valorização e promoção que procuram consolidar e/ou reforçar sua sustentabilidade.
3. Ações de defesa de direitos. Campo complexo e pouco desenvolvido já que envolve instrumentos jurídicos destinados ao reconhecimento e ao exercício de direitos coletivos.

4. Ações de acompanhamento, avaliação e documentação, ou seja, a pesquisa da manifestação, o diagnóstico de avaliação de impactos econômico, sociais e culturais. A documentação produzida permite o registro e o acompanhamento de suas transformações.

Tudo isto torna necessário a presença de especialistas capazes de empreender a pesquisa e tornar possível a avaliação do conjunto de bens que devem receber o registro. Ou seja, os critérios da seleção e da atribuição de valor patrimonial, assim como o plano de salvaguarda oferecem um campo privilegiado para a atuação dos antropólogos, assim como o tempo da valorização dos bens de “pedra e cal” da fase heróica do Sphan foi campo preferencial para os arquitetos.

O campo do patrimônio imaterial não é pacífico, recebe críticas de diferentes matizes. Algumas dúvidas acompanham o registro dos bens imateriais. Vale citar como exemplos de dificuldades:

- Um ritual, uma vez registrado, nunca mais deve ser modificado?
- Um prato típico não pode ser alterado?
- Um falar popular não é passível de ser atualizado?

Vale o exemplo da revista Rio Show do jornal O Globo (19/03/2010) com artigo que apresenta e discute a lista de bens (jongo, capoeira, batida de coco, vendedor de mate, botequim...) que a Prefeitura do Rio estaria reconhecendo e declarando como patrimônio imaterial. Entre as referências cariocas estão desde a folia de reis, o bumba-meu-boi (nomeadas como folclóricas), a bossa-nova e seu espaço original (o Beco das Garrafas), as matrizes do samba (o partido-alto, o samba-de-terreiro e o samba-enredo) e o Cacique de Ramos, a obra de Noel e o bloco Escravos da Mauá, instituições como o Cordão do Bola Preta, a Banda de Ipanema, a torcida do Flamengo, os fotógrafos de jardim (chamados de lambe-lambe), a Saara (Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega), a Feira de São Cristóvão e por ai vai... Dentro do corpo da matéria na revista a manchete usada é “samba do patrimônio doido”. O artigo discute também a banalização do instrumento na medida em que as autoridades podem listar um bem como patrimônio e ninguém o reconhecer como tal. Aqui já estamos no universo do reconhecimento, da “ressonância” do bem.

O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) por sua longa experiência no campo de celebrações e saberes da cultura popular têm dado importante suporte ao Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan, responsável pelo Registro.

As propostas de Registro são avaliadas levando em conta a importância da manifestação como referência cultural para grupos sociais; a fragilidade ou situação de risco em que se encontra; a localização em regiões distantes e pouco atendidas por outras políticas no campo da cultura.

Vale notar que no lugar da ideia de autenticidade – originalidade e permanência - que guiava o campo da preservação, agora o que é tomado como parâmetro são as noções de referência cultural e de continuidade histórica.

O tombamento ontem e o registro hoje inscrevem os bens no patrimônio nacional. E isto confere reconhecimento, o que é extremamente importante na luta simbólica.

Por fim, vamos mencionar o momento contemporâneo quando as cidades são o espaço de maior destaque e concentram as narrativas de patrimonialização, estetização, espetacularização e *gentrificação* entre outras. O Rio de Janeiro pode nos oferecer um caso de atuação do governo local, do mundo empresarial e do turismo, de demandas por maiores e melhores espaços públicos através de equipamentos de lazer, da realização de eventos, da revitalização onde ganha concretude o conceito de “glocal” (a junção de globalização e localismo). O patrimônio local continua relevante na medida em que vai conferir alguma qualificação especial, um “plus” para a cidade na competição entre outras cidades globalizadas.

Mais globalização, menos nação. Mais culturas transnacionais, mais locais, mais regionais. O interesse pelo passado aumenta, vivemos um tempo, como diz Andreas Huyssen, em que estamos “seduzidos pelo passado”. Se ontem o patrimônio era apresentado como memória da nação, hoje o patrimônio emerge como memória de diversos e diferentes grupos e etnias, há assim uma pluralidade de memórias. E mais, o passado recapturado pela memória aparece como objeto de fruição, de consumo.

Segundo Ulpiano Bezerra ontem era o tombamento que instituía o patrimônio, hoje o tombamento reconhece o patrimônio. Mas em ambos os casos

não podemos esquecer que as imagens espaciais não devem ser esquecidas. Os bens materiais ou imateriais são localizáveis, estão materializados nas coisas, nas pedras. E não devemos esquecer as relações entre “as pedras e os homens”!

Referências bibliográficas:

O campo do patrimônio no Brasil tem merecido a atenção de inúmeros cientistas sociais bastando citar as teses de doutorado de Maria Cecília Londres Fonseca (socióloga formada na UnB), Mariza Velloso (antropóloga da Unicamp), José Reginaldo Gonçalves (antropólogo formado nos USA), Márcia Chuva (arquiteta e historiadora da UFF), Antonio Augusto Arantes (antropólogo formado nos USA) entre outros.

Antônio Augusto Arantes fez de Campinas um ponto de irradiação onde orientou trabalhos sobre patrimônio como o de Silvana Rubino e é considerado figura central na introdução da noção de “patrimônio imaterial” na Constituição de 1988. Maria Cecília Londres e Marcia Chuva, quadros do Iphan, passaram também a ter importante papel na formação de pesquisadores dentro da Instituição. A Antropologia, até pela valorização dos bens imateriais, tem dado atenção especial à área de patrimônio valendo citar Manuel Ferreira Lima Filho, Mário Chagas e Regina Abreu. Destacam-se também pelas reflexões, pelas pesquisas, pela formação de pessoal e criação de instituições no campo de Museus (IBRAM, criação da revista *Musas*). Entre os historiadores o campo começa agora a crescer e se destaca a figura de Ulpiano Bezerra de Menezes.

O número de teses, artigos, livros cresce cotidianamente e vamos aqui apenas mencionar alguns textos que podem ajudar a despertar o interesse pela pesquisa sobre o tema:

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, v. 4, n. 7, jul-dez. 2003, pp 313-333.

LIMA, FILHO, Manuel Ferreira; ABREU, Regina Maria do Rego. A Antropologia e o patrimônio cultural no Brasil. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTÃO, Jane Felipe (org.). *Antropologia e patrimônio cultural – Diálogos e desafios contemporâneos*. Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Blumenau: Nova Letra, 2007.

KESSEL, Carlos. *Arquitetura neocolonial no Brasil; entre o pastiche e a modernidade*. Rio de Janeiro: Jauá Editora/ Faperj, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

BRAGA, Vanuza Moreira: “Relíquia e Esperança: Ouro Preto e as Políticas de Preservação do patrimônio no Brasil.” IN: FERREIRA, M. M. (org.) *Memória e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p 186 - 219.